

Ulysses condena pressão de Sarney sobre Constituinte

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reagiu com veemência à ameaça feita pelo presidente José Sarney aos constituintes que votarem pelo mandato de quatro anos na Comissão de Sistematização. "O juiz de qualquer atitude que agora se toma será a consciência de cada constituinte e a opinião pública", afirmou, proclamando que a Constituinte é "soberana e não suserana".

A reação de Ulysses foi programada na véspera, quando tomou conhecimento da ameaça feita pelo porta-voz da Presidência da República, Frota Neto. "Meu Deus, isso não se faz. Perderam a cabeça", comentou com um interlocutor. E passou imediatamente a buscar uma estratégia para tentar arrefecer a reação dos constituintes e, com isso, tentar salvar o mandato de cinco anos para Sarney.

Um dia antes, Ulysses havia recebido apelos de diversos parlamentares, entre eles o do senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), identificado com a linha progressista do partido, no sentido de tentar salvar a transição.

Doutor Ulysses, já não se discute mais nem o mandato de Sarney. Temos agora é que lutar para ver se ele chega até o final de 88 no cargo — afirmou.

De fato, nós vamos enfrentar graves turbulências. Acho que precisaremos nos unir em torno do Sarney para evitar o pior — reconheceu.

— Então, o senhor tem o dever de assumir o comando dessa transição e segurar o homem até lá para que ele não tenha que sair antes — insistiu Teotônio Vilela Filho.

— Você sabe que tudo isso que está acontecendo, tudo o que estão fazendo está sendo feito contra a minha vontade. Eu defendo um mandato de cinco anos porque acho que Sarney não deve ser discriminado — observou Ulysses, referindo-se ao encontro de governadores do PMDB realizado domingo no Rio.

Reação — O presidente da Constituinte acordou ontem muito preocupado com as repercussões da ameaça de Sarney junto aos constituintes. Tentou consertá-la: "É preciso entender também que o presidente está se sentindo discriminado e por isso reagiu assim". Não deixou porém de invocar a soberania da Constituinte: "Se ela não for soberana, então não terá poderes para exercer seu dever".

"Eu vou cumprimentar o Ulysses por essa declaração", avisou o senador José Richa (PMDB-PR), quando se dirigia ao gabinete do deputado Maurício Nasser (PMDB-PR), que estava fazendo aniversário. Ao chegar e depois de tomar apenas um gole de refrigerante, Richa informou ao aniversariante, a quem chama carinhosamente de *Turquinho*: "Não tenha dúvida, vai dar quatro anos".

Richa explicou também por que mudou de posição: "Eu sempre disse que

defendia cinco anos, mas votaria em quatro se não houvesse negociação. O porta-voz, com a ameaça, declarou guerra. Então, acabou a negociação. Eu voto nos quatro anos. E acho que Ulysses agiu corretamente ao defender a soberania da Constituinte".

Quatro anos — Enquanto isso, no gabinete de Ulysses, o deputado sarneysta Aloísio Teixeira (PMDB-RJ) afirmava que "a reação do dr Ulysses já demonstra que ele é o mais habilitado para isso. Ele, na verdade, não está atacando, mas defendendo o Sarney. Se ele não reage em nome da Constituinte, a coisa teria ficado mais complicada". Aloísio foi interrompido com a chegada do ex-deputado Joel Lima, também do Rio, que reforçou sua preocupação.

"Eu pedi agora para o senador Nelson Carneiro assinar um pedido de nomeação e ele disse que assinava, mas achava que sua assinatura não iria ajudar porque vai votar nos quatro anos", contou o ex-deputado.

Procurado mais tarde pelo JORNAL DO BRASIL, o senador Nelson Carneiro declarou que ainda não tomou nenhuma decisão, mas admitiu que a ameaça poderia reverter não só o seu voto, como de muitos constituintes.

"O Sant'Anna (deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara) desmentiu o porta-voz. Mas se o presidente não se manifestar fica o não dito pelo dito", observou Nelson.

Não viaja — O presidente Sarney resolveu adiar a viagem que faria à Colômbia no dia 23, para poder acompanhar os trabalhos da Constituinte, a pedido do deputado Ulysses Guimarães. O próprio Sarney se encarregou de telefonar no final da tarde de ontem para o presidente da Colômbia, Virgílio Barco,

explicando-lhe que não pode viajar agora.

Aureliano — O PFL lançaria segunda-feira próxima a candidatura do ministro Aureliano Chaves à presidência da República, mas a festa foi suspensa por ordem do próprio ministro, que ratificou sua posição a favor dos cinco anos de mandato para Sarney. A informação foi dada

em Dourados (MS) pelo secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz. A posição do ministro modificou a situação na Comissão de Sistematização: dos 17 pefelistas que votariam nos quatro anos (a comissão tem 24), apenas quatro permanecem nessa posição. Isso deverá assegurar a Sarney uma vitória por dois votos na questão do mandato.



Presidente rejeita proposta

O presidente José Sarney rejeitou duas vezes, esta semana, uma proposta de negociação para evitar a aprovação dos quatro anos de mandato. Levada separadamente pelos deputados João Herrmann (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA), a proposta previa, em troca do parlamentarismo com vigência imediata, cinco anos para Sarney no Palácio do Planalto.

— Nós não estamos na última oportunidade de negociação. Vamos ter outras — disse o presidente, ao insistir nos cinco anos com presidencialismo.

O presidente da República recebeu esta proposta na terça-feira à noite, quan-

do jantou no Palácio da Alvorada com João Herrmann e a filha Roseana Murad. Na quarta-feira, a mesma idéia foi levada por Cid Carvalho e pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) a assessores do governo. A reação de Sarney foi a mesma do dia anterior: só aceita cinco anos com presidencialismo.

— Vai dar cinco anos com parlamentarismo implantado imediatamente — comentou Cid Carvalho depois de saber a resposta do presidente. Como a data da implantação do parlamentarismo será votada antes do mandato presidencial, Cid acredita que a Comissão de Sistematização adotará a vigência imediata mas, em seguida, poderá optar por cinco anos.

□ "Os senhores poderão entrar para a história. Em que papel?" A questão foi colocada por um grupo de sete crianças do Centro Integrado de Desenvolvimento Infantil Ipanemirim, de Porto Alegre, em carta que entregaram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "Tudo vai depender do futuro do país que será definido pela futura Carta Constitucional", adverte o documento. As crianças, com idades de 2 a 6 anos de idade, formaram a palavra justiça com letras pintadas em pedaços de papelão pendurados no pescoço. Depois, apresentaram a Primeira Carta Constitucional Escolar, que reivindica o direito "à felicidade e de viver em ambiente escolar estimulante e criativo".

Quércia diz sim só para constar

Mandato presidencial e sistema de governo serão os principais assuntos da conversa entre o presidente Sarney e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que almoçam no Palácio da Alvorada. Candidato potencial à sucessão do atual presidente, Quércia — que já defendeu seis anos de mandato, depois cinco e finalmente se rendeu aos quatro na reunião dos governadores, no Rio — não pretende se comprometer: deverá deixar o Alvorada juchando apoio ao sistema presidencialista e aos cinco anos de mandato.

Preocupado em afastar qualquer possibilidade de represálias financeiras federais contra seu governo, Quércia reafirmará seu apoio a Sarney. Enquanto isso, na Constituinte, parlamentares ligados ao governador paulista, certos de que ele não intervirá diretamente para ampliar a base de sustentação aos cinco anos de mandato, decidiram se precaver e, discretamente, vêm apoiando uma emenda do deputado Uldurico Pinto (PMDB-BA). A emenda permitirá aos governadores-candidatos à Presidência da República não renunciarem aos cargos, mas apenas se licenciarem 90 dias antes da eleição, sem a necessidade de se desincompatibilizar.

Este projeto foi feito de encomenda especialmente para três casos: os de Quércia, Waldir Pires, governador da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco. Os três não escondem o desejo de concorrer à vaga de Sarney, seja a eleição em 1988 ou 1989. Se aprovada no capítulo das disposições transitórias, neste final de semana, a emenda permitirá que eles disputem o pleito e, em caso de derrota, reassumam a administração estadual.